



JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

*** EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

*** EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Carla Cristina do Carmo Buy; Claudina de Paula Dias Gomes; Viviane Santos Gonçalves
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL)

Estamos filiados a:



SUMÁRIO

Página 01:

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO
- SUMÁRIO

Página 02:

- EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Página 03:

- SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS PROFESSORES NO LIMITE

Página 04:

- MP INVESTIGA POLICIAL MILITAR QUE AMEAÇOU ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA DO DF

Página 05:

- BOLSONARO SERÁ 1º PRESIDENTE DESDE O PLANO REAL A TERMINAR MANDATO COM SALÁRIO MÍNIMO VALENDO MENOS

Página 06:

- MENSAGEM FINAL

1 DE MAIO
- DIA DO TRABALHADOR -

BOLSONARO SERÁ 1º PRESIDENTE DESDE O PLANO REAL A TERMINAR MANDATO COM SALÁRIO-MÍNIMO VALENDO MENOS



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores do Norte Noroeste (SINPRONNF), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca **TODOS** os professores da UNIG, que atuam na IES Campus V Itaperuna, associados ou não a este Sindicato, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **17 DE MAIO DE 2022 (terça-feira)**, que será realizada através do aplicativo de vídeo conferência, às 17h em primeira convocação e às 17h e 30min. em segunda e última convocação. Informamos que, este edital será divulgado no Jornal Institucional do SINPRONNF, em suas redes sociais, no site institucional e no Jornal O Diário do Noroeste. O link para participação será divulgado por e-mail e via whatsapp. E assim, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Apresentação e votação de Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho

Sem mais. Atenciosamente,

PAULO ROBERTO PEREIRA GOMES
Secretaria de Administração
SINPRONNF



ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE PROFESSORES DA UNIG.



Que atuam na IES Campus V Itaperuna,
filiados ou não ao SINPRONNF



Pauta Única:
Renegociação de Ação Civil Pública

17/05/2022, às 17h (1ª convocação) e,
às 17:30 em 2ª e última convocação.

SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DO
APLICATIVO DE VÍDEO CONFERÊNCIA

VOCÊ PODE FILIAR-SE ONLINE

www.sinpronnf.com.br sinpro.nnf@gmail.com (22) 9.8843-0603 (22) 3822-0094

SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS PROFESSORES NO LIMITE

Mais da metade dos professores do ensino superior questionados sobre como se sentem no retorno à presencialidade relataram uma piora nas suas condições de saúde no primeiro semestre deste ano.



Mais de 50% dos pesquisados consideram que houve acúmulo de atividades e de funções sem o respectivo acréscimo na sua carga horária semanal remunerada

Foto: Tania Rego/ ABR

Que a pandemia somou mais estresse à rotina dos professores do ensino privado, já não é novidade. O isolamento social e as novas exigências e desafios gerados pela súbita migração das salas de aula para o ambiente virtual precarizaram as condições de saúde desses profissionais, com dados alarmantes de adoecimento físico e psíquico. Cresceu a demanda dos alunos na web em um período de exceção da rotina escolar, as tarefas se multiplicaram, a carga horária encolheu, as pressões aumentaram.

Porém, como um efeito cascata, a sobrecarga, que levou a saúde dos educadores ao limite no auge da crise sanitária, só piorou quando da retomada das atividades presenciais a partir de agosto do ano passado.

Mais da metade dos professores do ensino superior questionados sobre como se sentem no retorno à presencialidade relataram uma piora nas suas condições de saúde no primeiro semestre deste ano.

A pesquisa Realidade Docente 2022, realizada pela consultoria FlamingoEDU para os sindicatos de professores (Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e Sinpro/Caxias), entre os dias 18 e 25 de março, por meio de 18 questões objetivas e subjetivas, teve a participação de 857 docentes da educação superior do ensino privado e comunitário gaúcho. Ela revelou que, para 54% dos professores, as suas condições física e mental pioraram ainda mais no primeiro semestre de 2022, em comparação a 2021.

SEM REMUNERAÇÃO – A sobrecarga de trabalho vinculada à sala de aula e trabalhos sem remuneração são evidenciados nas respostas. Mais de 50% dos pesquisados consideram que houve acúmulo de atividades e de funções sem o respectivo acréscimo na sua carga horária semanal remunerada. Entre os que produziram conteúdo para disciplinas EaD, 52% não receberam qualquer remuneração pelo material.

A realidade na educação básica não é diferente. “As queixas e dúvidas que antes eram, em sua maioria, de ordem trabalhista, com a pandemia passaram a se igualar aos relatos de cansaço e estresse”, relata Erlon Schüler, diretor do Sinpro/RS e integrante do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP). “É comum ouvirmos dos profissionais que estão a ponto de pedir demissão, que relutam diariamente a voltar para a escola, pois a pressão das tarefas em aula é cada vez maior. O policiamento constante ao trabalho soma-se à carga de afazeres que é contínua e segue em casa.”

De acordo com o dirigente, as instituições abordadas pelo NAP declaram que estão sempre de portas abertas para receber os professores com dificuldades. “Mas, na prática, vemos docentes amedrontados, com pouco reconhecimento de sua dedicação e muita cobrança com prazos, muitas vezes, exíguos”, ilustra.

DISTÚRBIOS MENTAIS – A pesquisadora e professora de Psicologia da Feevale, Carmem Giongo, que, em outubro de 2021, coordenou a pesquisa As transformações provocadas pela pandemia do novo coronavírus no trabalho e na saúde mental dos docentes, assegura que a sobrecarga de trabalho e a precarização dos contratos de trabalho têm gerado sérios sintomas de distúrbios na saúde mental dos educadores.

“Os professores declaram estar dormindo menos, comendo mais, se sentindo mais preocupados, com dificuldades de planejar o futuro e de oferecer suporte às pessoas”, explica.

Esse cenário representa, segundo ela, um importante risco para o desenvolvimento do burnout, um tipo de doença mental caracterizada pelo estresse crônico. “Um dado bastante alarmante é que 40% dos professores participantes da nossa pesquisa declararam que passaram a repensar a escolha profissional em função da sobrecarga vivida”, aponta.

Carmem, que tem doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Ufrgs, diz que o dado sobre o elevado índice de professores que passaram a repensar a escolha profissional representa muito bem esse processo.

“Aspectos relacionados ao assédio moral organizacional, à precarização dos contratos de trabalho, à sobrecarga laboral, aos impactos psicológicos gerados pela crise pandêmica e à crise vivenciada na educação como um todo no Brasil contribuem para o sentimento de desesperança e desamparo desses profissionais”, argumenta.

Burnout, exaustão emocional na docência

A psicóloga e consultora em Gestão de Pessoas Melina Berthier Bandeira Pankush afirma que a pandemia gerou um estado de angústia coletiva, cujos principais sintomas podem ser apontados como apatia, irritabilidade, distúrbio de apetite, insônia, sensação de cansaço. Um estado emocional que atingiu em cheio os professores devido às peculiaridades da profissão, segundo ela.

A substituição da modalidade de aulas presenciais pela on-line ocasionou uma diminuição da carga horária com um aumento da carga de trabalho, que também gerou aumento da ansiedade e do estresse.

“Os professores tiveram que desenvolver novas habilidades em um curto espaço de tempo. O trabalho, muitas vezes, num ambiente improvisado que precisava ser conciliado com as rotinas domésticas e com as necessidades da família e, na sua grande maioria, sem receber o suporte adequado por parte da instituição”, lamenta.

Graduada em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo (UPF), com pós-graduação em Gestão de Equipes de Alto Desempenho pelo Senai/SC e especialização em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Melina lembra que, com a pandemia, enquanto as atenções de algumas pessoas se voltaram para os impactos da economia, outras se focaram na saúde mental que foi tão impactada quanto a economia no mundo inteiro, em todos os setores.

Fatores como as cobranças administrativas, a falta de preparação para essas transformações, a tecnologia, geraram graves problemas para a saúde física e mental desses educadores. “Diante da necessidade de se reinventar, os professores tiveram a sua saúde abalada por esses desafios que foram impostos dentro de um determinado cenário, mantendo, obviamente, o mesmo resultado”, constata Melina.

NO LIMITE – Em todas essas alterações e adaptações, esclarece a psicóloga, surgiu o que a Organização Mundial da Saúde, a partir deste ano, classificou como doença ocupacional, que foi a síndrome de burnout. “O termo burnout significa aquilo que deixou de funcionar por completa falta de energia e, simbolicamente, é aquilo ou aquele que chegou ao seu limite, com grande comprometimento físico ou mental.”

O processo se inicia com prolongados e excessivos níveis de estresse, uma tensão muito grande no trabalho. “Os principais fatores para desenvolver o burnout são o excesso de burocracias, a falta de autonomia, a falta de confiança, a impossibilidade de crescimento e de uma melhora na sua remuneração e o acúmulo de tarefas por uma mesma pessoa”, resultando em sintomas como desesperança, solidão, depressão, raiva, irritabilidade, tensão, dores de cabeça, tensão muscular, distúrbios do sono.

“É o afeto convertido em dor física, ou seja, quando a gente tem alguma questão vinculada aos nossos pensamentos, aos nossos sentimentos que são reprimidos, a gente tende a manifestar isso em uma dor física.”

Fonte:

PORTAL EXTRACLASSE - Gilson Camargo. 10/Maio/2022.
(<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/05/saude-fisica-e-mental-dos-professores-no-limite/>)



MP INVESTIGA POLICIAL MILITAR QUE AMEACOU

ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA DO DF

Caso ocorreu na região da Estrutural; colégio tem gestão compartilhada com PMDF. Militar disse que iria "arrebentar" aluno dentro do Centro Educacional; ameaça foi gravada.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Câmara Legislativa (CLDF) cobraram providências do governo do DF após um policial militar dizer que iria "arrebentar" um aluno dentro do Centro Educacional (CED) 1, na região da Estrutural. A escola tem gestão compartilhada com a Polícia Militar (PMDF), e a ameaça foi gravada (veja mais abaixo).

O MP investiga o caso e diz que "está atento para garantir o funcionamento adequado das escolas de gestão compartilhada com a PMDF". Nesta segunda-feira (9), a Comissão de Direitos Humanos da CLDF enviou um ofício para a secretária de Educação, Hέλvia Paranaguá, pedindo providências em um prazo de 30 dias.

O documento aponta ação truculenta, com "violência física e palavras de baixo calão por parte dos policiais". O texto diz ainda que, "por se tratar de estudantes adolescentes, a operação policial na escola é ainda mais sensível, visto que viola o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo que fala sobre submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento".

Deputados, professores e especialistas em educação classificaram o episódio como "gravíssimo" e cobram providências da Secretaria de Educação. A pasta informou que "casos pontuais são averiguados para adoção de providências cabíveis a cada situação".

A PMDF também disse que o caso será apurado e que os responsáveis serão afastados das atividades. Segundo a corporação, "o fato foi pontual e não corresponde com a filosofia do projeto e com o comportamento dos demais profissionais, que são selecionados e recebem capacitação para a função".

Gestão militarizada de escola da Estrutural gerou polêmica desde o início



Charge de mural feito por alunos do CED 01 da Estrutural, para o Dia da Consciência Negra — Foto: TV Globo/Reprodução

O CED 1 da Estrutural, que é uma das 16 escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar em Brasília e, desde o início, foi local de atritos entre alunos, professores e policiais. Em novembro do ano passado, os estudantes fizeram um trabalho para o Dia da Consciência Negra, que abordava a violência policial contra jovens negros e, de acordo com professores, o diretor disciplinar da escola, que é PM, pediu que os cartazes fossem retirados.

A PMDF negou que houvesse ocorrido o pedido e disse, á época, que foi "apenas uma consulta, junto a direção da escola, sobre o tema abordado no trabalho dos estudantes". Professores e alunos classificaram a medida como censura e interferência indevida na parte pedagógica da escola.

Na semana passada, a vice-diretora, que esteve à frente da defesa do trabalho dos alunos foi exonerada do cargo. Na última quinta-feira (5), os estudantes do CED 1 da Estrutural fizeram um protesto, pedindo a volta da vice-diretora, e na ocasião, policiais militares foram filmados ameaçando os alunos, dentro da escola.

A ação foi filmada pelos próprios estudantes. Pelas imagens é possível ver que três militares levaram o aluno para dentro de uma sala de aula vazia onde um dos policiais ameaçou o adolescente.

O estudante questionou se iria apanhar dentro da escola, e o PM respondeu "Se precisar. Você quer ver? Vem me ameaçar... Eu te arrebento".

Segundo um aluno do CED 1 da Estrutural, os estudantes são tratados como bandidos dentro da escola.

Em 2019, os militares apagaram um grafite com o rosto do ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela – ícone da luta pela igualdade racial – que havia sido pintado em um muro, antes da gestão da PM (veja imagem abaixo). À época, a direção do Centro Educacional decidiu refazer a pintura.



Rosto de Nelson Mandela grafitado no CED 1 da Estrutural — Foto: Ana Elisa Santana/Arquivo pessoal

Fonte:

POR G1 DF E TV GLOBO. 09/Maio/2022.

(<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/09/ministerio-publico-investiga-policia-militar-que-ameacou-aluno-de-escola-publica-do-df.ghtml>)

BOLSONARO SERÁ 1º PRESIDENTE DESDE O PLANO REAL A TERMINAR MANDATO COM SALÁRIO MÍNIMO VALENDO MENOS

Consultoria calcula que, descontada a inflação, a perda do poder de compra ao fim do governo será de 1,7%

RIO - Jair Bolsonaro vai terminar seu mandato em dezembro de 2022 como o primeiro presidente, desde o Plano Real, a deixar o salário mínimo valendo menos do que quando entrou. Nenhum governante neste período, seja no primeiro ou segundo mandato, entregou um mínimo que tivesse perdido poder de compra.

Pelos cálculos da Tullett Prebon Brasil, a perda será de 1,7%. Isso, se a inflação não acelerar mais do que o previsto pelo mercado no Boletim Focus, do Banco Central, base das projeções da corretora. As previsões vêm sendo revisadas para cima há 16 semanas. O piso salarial cairá de R\$ 1.213,84 para R\$ 1.193,37 entre dezembro de 2018 e dezembro de 2022, descontada a inflação.

O salário mínimo está na Constituição brasileira, que o protege de perdas do poder de compra, sendo obrigatória a recomposição da inflação.

“Da ótica das contas fiscais da União, a perda retratada em nossa simulação para o mínimo estende-se, em realidade, a todos os benefícios e pagamentos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — toda a folha da previdência, abono, Loas (Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda)”, diz relatório da corretora.

Dois fatores explicam a perda inédita. Um deles é o ajuste fiscal, pelo peso do salário mínimo na indexação do Orçamento da União, ou seja, reajustes no piso têm impacto em uma gama de outras despesas, como benefícios sociais e gastos com Previdência. O segundo é a aceleração da inflação.

Como os índices de preços estão ficando mais altos de um ano para o outro, a reposição da inflação passada que o governo vem promovendo não garante a preservação total do poder de compra do salário mínimo.

Há três anos, não há reajuste do piso acima da inflação. O último foi em 2019, quando ainda prevalecia a regra de correção, que considerava a inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Auxílio Brasil maior

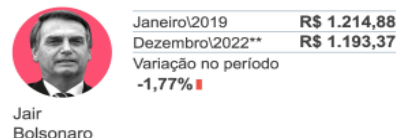
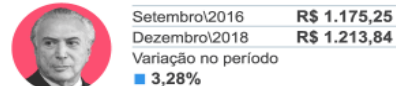
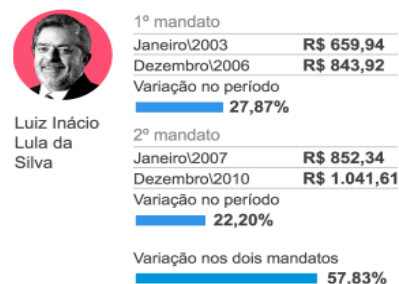
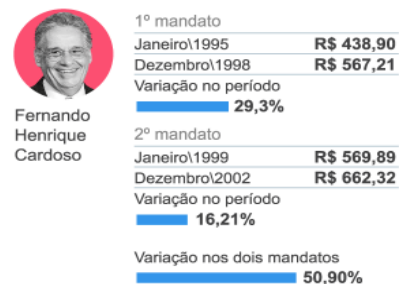
Cerca de 64% das aposentadorias e pensões no Brasil são de um salário mínimo. Pelos cálculos de Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria, 2021 foi o primeiro ano desde 2000 que a massa total de salários pagos pela Previdência teve queda. A perda chegou a 2,5%, descontando a inflação:



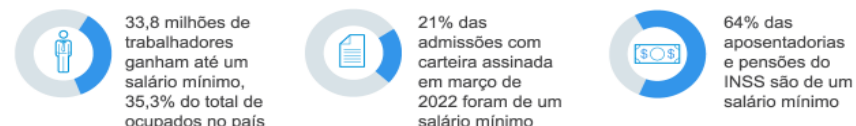
— Não estamos prevendo reajuste real do mínimo até 2026. Não vemos espaço para aumento como aconteceu nas últimas décadas. O mínimo indexa o piso previdenciário. Mas, para as famílias das classes D e E, o mínimo é muito relevante na massa de renda.

A evolução do piso salarial por mandato e presidente

Salário mínimo real (descontada a inflação)*



O peso do salário mínimo na economia



Fontes: Tullett Prebon Brasil, IBGE, LCA Consultores, INSS

*média dos últimos 12 meses, a preços de março de 2022

** projeção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com base nas previsões para o IPCA contidas no Boletim Focus, do Banco Central

O GLOBO

Assis lembra, porém, que o Auxílio Brasil vai compensar parte da perda para essa parcela da população. A transferência dobrou para R\$ 400 e foram incluídas 3 milhões de famílias no programa.

A aposentada Carmen Finamor voltou a trabalhar para compor a renda. Auxilia nos processos administrativos de uma loja de imóveis.

— Está tudo bem difícil, as coisas no supermercado estão caríssimas. Antes, eu ainda conseguia dar atenção para minha saúde, ter um momento de lazer e uma alimentação melhor. Agora, não consigo nada disso, até o básico tem se tornado uma luta diária.

Futuro do trabalho: Meu emprego vai resistir à ameaça dos robôs?

Morando com o filho, que trabalha como microempreendedor individual e o afilhado, que é estagiário, o medo de um dos três perder o emprego é grande, diz Carmen.

Com a crise no mercado de trabalho, o país tem hoje a maior parcela de trabalhadores ganhando até um salário mínimo desde 2012, início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. Eram 35,3% dos ocupados, o que representava 33,8 milhões em dezembro de 2021.

— A crise que aconteceu no mercado de trabalho em 2020, 2021 levou os trabalhadores a aceitarem posições muito piores do que tinham antes da pandemia. E a inflação está maior em alimentos, conta de luz, transporte, combustíveis, itens essenciais para o cidadão — afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, que fez a divisão por ganho salarial.

Inflação mais alta

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a inflação foi mais severa para os que ganham menos. Em fevereiro, para as famílias de renda mais baixa (até R\$ 1.808,70), a inflação acumulada em 12 meses era de 10,9%, para os de renda muito alta (maior que R\$ 17.764,49), era de 9,7%.

Com isso, a renda das classes D e E está mais comprometida com itens essenciais: casa, alimentação, comunicação e saúde. São 78,6% para essas despesas, sobrando pouco espaço para consumo, segundo dados da Tendência.

Pai de dois filhos e com a mulher desempregada, o auxiliar de cozinha Rodolfo Oliveira tem mais de um trabalho:

— Sem isso, fica quase impossível não deixar as contas atrasarem.

Ele ficou desempregado em 2021. Conseguiu vaga com carteira, mas a mulher, não. Ela ganha alguma renda extra como manicure:

— É muito ruim ver seu filho pedir algo e, às vezes, não ter dinheiro para pagar, não sobra nem para o lazer deles.

‘É rendimento que vai todo para consumo’

Professor emérito da UFRJ, o economista João Saboia, estudioso do mercado de trabalho há décadas, lamenta a falta de ganho real do mínimo e lembra que o rendimento vai todo para o consumo.

Qual o efeito da falta de correção real do mínimo?

É lamentável que não tenha reajuste real há três anos e, por causa da inflação, o mínimo está tendendo a uma queda este ano. O salário mínimo é importantíssimo: reduziu a pobreza, contribuiu para a melhora da distribuição da renda até meados da década passada. E, para a economia, é rendimento que vai todo para consumo. É pena que a forma institucional de garantir ganho para as rendas mais baixas tenha sido interrompida.

Fonte:

O GLOBO - Cássia Almeida e Taís Codeco. 09/Maio/2022.

(<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/bolsonaro-sera-1-presidente-desde-plano-real-terminar-mandato-com-salario-minimo-valendo-menos-1-25503959>)

**Sindicato dos Professores do Norte Noroeste Fluminense**

Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuí, Cardoso Moreira, Italva, Itaperuna, Itaocara, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antonio de Pádua, São Fidélis, São José de Ubá e Varre-Sai.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores do Norte Noroeste (SINPRONNF), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca **TODOS** os professores da UNIG, que atuam na IES Campus V Itaperuna, associados ou não a este Sindicato, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser realizada no dia **17 DE MAIO DE 2022 (terça-feira)**, que será realizada através do aplicativo de vídeo conferência, às 17h em primeira convocação e às 17h e 30min. em segunda e última convocação. Informamos que, este edital será divulgado no Jornal Institucional do SINPRONNF, em suas redes sociais, no site institucional e no Jornal O Diário do Noroeste. O link para participação será divulgado por e-mail e via whatsapp. E assim, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Apresentação e votação de Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho

Sem mais. Atenciosamente,

PAULO ROBERTO PEREIRA GOMES
Secretaria de Administração
SINPRONNF

Rua Thomaz Teixeira dos Santos, 98 – Sala 302 – Cidade Nova – Itaperuna – RJ
CEP 28300.000 Telefax: (22) 3822.0094 E-mail: contato@sinpronnf.org / sinpro.nnf@gmail.com
CNPJ N° 07.229.968/0001-33